



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
COMUNICAÇÃO SOCIAL – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

JEFERSON BORGES CRUZ

ABAIXE O VIDRO. TIRE O CAPACETE:
A PICHÃO DE MUROS COMO REGISTRO DOS CONFLITOS
ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA

FORTALEZA

2023

JEFERSON BORGES CRUZ

ABAIXE O VIDRO. TIRE O CAPACETE:
A PICHANÇA DE MUROS COMO REGISTRO DOS CONFLITOS
ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C962a Cruz, Jeferson Borges.
Abaixe o vidro. Tire o capacete: a pichação de muros como registro dos conflitos entre facções em Fortaleza / Jeferson Borges Cruz. – 2023.
53 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.
1. Facções. 2. Violência. 3. Pichação. 4. Território. 5. Fortaleza. I. Título.

CDD 070.5

JEFERSON BORGES CRUZ

ABAIXE O VIDRO. TIRE O CAPACETE:
A PICHANÇA DE MUROS COMO REGISTRO DOS CONFLITOS
ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Comunicação Social – Publicidade
e Propaganda da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Comunicação Social,
com habilitação em Publicidade e Propaganda

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva. (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Artur de Freitas Pires
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Helena Martins do Rêgo Barreto
Universidade Federal de Brasília (UFB)

A Onofre e Lourdes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio institucional da Universidade Federal do Ceará que foi minha segunda casa nesses últimos anos. Seus docentes, equipes acadêmicas, colaboradores e a todos aqueles que acreditam numa educação de excelência, universal e gratuita.

A todos os meus professores durante o ensino médio na escola Estadual José Leopoldino da Silva Filho, que me mostraram novos caminhos e me ensinaram a derrubar as grossas barreiras históricas que afastam os alunos de escolas pública do ingresso ensino superior, a vocês serei eternamente grato pelo incentivo.

A banca avaliadora pela disponibilidade de ler e debater o assunto abordado nas próximas páginas.

A Helena Martins por ter me ajudado a dar meus primeiros passos nessa pesquisa e sempre ter ouvido minhas ideias iniciais com entusiasmo.

Ao meu orientador, Luiz Fábio Paiva, pela paciência, incentivo e pelas críticas que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos: Bianca Nascimento, Levi Dourado Luiza Rocha e Rayanna Magdyelli, pela companhia, risadas e por toda a amizade que eu pretendo levar pro resto da vida.

Estendo esse agradecimento a todos os colegas que dividiram sala de aula comigo, que participaram de projetos de extensão e me ajudaram a aprofundar meu pensamento crítico. Seja nos debates ocorridos nas dependências do instituto de cultura e arte ou no curso de jornalismo.

A Renata Lima Nascimento por todo o suporte emocional e por toda a disponibilidade que teve em me ouvir, opinar e me acompanhar nessa longa jornada.

Gostaria também de saudar os ex presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, por seus incentivos a educação pública que presenciei durante toda minha vida escolar, e reafirmar que acreditar numa escola de qualidade é criar bases para um futuro melhor, também gostaria de dizer que e num momento repleto de desesperanças como esse que vivemos atualmente, onde ataques a ciência e a educação partem das pessoas que deveriam trabalhar a para o desenvolvimento dos mesmos, que as sementes antes plantadas criarão raízes mesmo se a terra não for bem cuidada, pois foram plantadas com esperança de tornar o Brasil um país melhor.

E por fim, gostaria de agradecer minha mãe Maria de Lourdes, Minha irmã Jéssica Borges, Minha avó Maria do Carmo, meu gatinho de estimação Zidane e todos os meus

familiares por me darem um dos maiores privilégios que eu acredito ter, uma família unida e tranquila. E oferecer esse trabalho em memória de meu Pai, Onofre Trifônio Cruz, que faleceu em 2019 deixando muita saudade e muitas histórias que contarei para todos aqueles que estiverem dispostos a ouvi-las.

“Se você quer uma vida, aprenda... a roubá-la!”

Lou Andreas-Salomé

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise qualitativa do cenário contemporâneo da produção de pichações por facções criminosas na cidade de Fortaleza. Abordando questões ligadas a percepção da segurança e violência dentro do cenário urbano periférico na cidade, através do estudo de imagens disponibilizadas publicamente na internet de pichações e grafites feitos por diversos desses grupos criminosos organizados, em portais de notícias, redes sociais e através de fotos capturadas por ferramentas de mapeamento de ruas ao nível do solo. Problematizando o uso da pichação de muros como uma nova forma do crime organizado se fazer ainda mais presente dentro do cenário urbano e dar vazão a sua simbologia e mensagens autorais direcionadas a diversos públicos, reforçando sua autoridade sobre determinado território. Ao estudar as pichações considerando fatores que levaram ao contexto atual de atuação das facções, trazemos para o debate um foco maior em questões como, desigualdade social, sociabilidade violenta e crime organizado para analisar como esses grupos se comunicam, usando o espaço a sua volta e demarcando territórios em interesse próprio criando assim um novo tipo de zoneamento urbano baseado no controle desses coletivos, desafiando os poderes do estado e criando suas próprias leis.

Palavras-chave: facções; pichação; território; violência, Fortaleza.

ABSTRACT

“The present work presents a qualitative analysis of the contemporary scenario of the production of “*pichações*” by “*facções*” in the city of Fortaleza- Brazil. Addressing issues related to safety perception and violence within the urban edges, through the study of public domain images available on the internet of “*pichações*” and “graffiti” made by several of these criminal groups, on news portals, social networks and through captured photos by ground-level street mapping tools. Problematizing the use of graffiti on walls as a new way for organized crime to become even more present within the urban scenario and give vent to its symbology and authorial messages directed at different audiences, reinforcing its authority over a territory. By studying “*pichações*” considering factors that led to the current context in which “*facção*” operate, we bring to the debate a greater focus on issues such as social inequality, violent sociability and organized crime to analyze how these groups communicate, using the space around them and demarcating territories in their own interests, creating a new type of urban zoning based on the control of these collectives, challenging the powers of the state and creating their own laws.

Keywords: *facções*; territory; graffiti, violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Representação do Grafite de Alexamenos	18
Figura 2	– Comparativo da paisagem urbana de Fortaleza (Anos 70 – 2000)	24
Figura 3	– Corrente de Whatsapp com supostas localidades em Fortaleza e Região metropolitana com membros do comando vermelho	32
Figura 4	– Pichação No bairro Presidente Kennedy	37
Figura 5	– Parede em Fortaleza pichada pelo Comando vermelho com a seguinte frase: “Abaixe o Vidro, Tire o Capacete	38
Figura 6	– Disputa pelo espaço em uma parede na rua Moçambique no bairro Genibaú.	41
Figura 7	– Pichações da GDE, PCC e CV nas ruínas da Vila olímpica do Genibaú.	42
Figura 8	– Pichações dentro de conjunto habitacional em construção.....	44
Figura 9	– Siglas pertencentes as facções Família do Norte no bairro Conjunto Ceará	45
Figura 10	– Siglas pertencentes as facções Comando Vermelho no bairro Genibaú	45
Figura 11	– Mural no bairro conjunto palmeiras.....	46
Figura 12	– Mural Guardiões do Estado	48
Figura 13	– Parede de favela em Fortaleza tem pichação de facção criminosa e da Polícia Militar do estado.....	49
Figura 14	– Policiais Militares cobrem pichações de facções em Fortaleza	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A PICHACÃO COMO EXPRESSÃO URBANA E HUMANA	16
2.1	Pichação: Conceitos entendimentos e história	16
2.2	Conflitos e confrontos numa cidade brasileira: Das gangues as facções	20
3	FACÇÕES CRIMINOSAS E SEUS PERCURSOS EM FORTALEZA	28
3.1	O crime organizado no mundo	28
3.2	O crime organizado no Ceará	30
3.2.1	<i>O Comando Vermelho</i>	30
3.2.2	<i>Os Guardiões do Estado</i>	33
3.2.3	<i>O Primeiro Comando da Capital</i>	34
3.2.4	<i>Facções e demarcações</i>	34
4	O PICO DAS FACÇÕES	36
4.1	O picho como uma representação ampliada das facções	36
4.2	A produção de pichações por facções	39
4.3	A produção de grafites por facções	46
4.4	Uma ofensiva na mesma moeda	48
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras duas décadas do sec. XXI, O estado do Ceará, capitaneado pela Zona Metropolitana de sua capital Fortaleza, foi tomado por uma série de tensões causadas por questões que envolvem segurança pública, aumento de crimes violentos e atentados a prédios públicos. Em 2020, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o estado do Ceará registrou a maior média no índice de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes entre as capitais do país: 45,5, totalizando 4.155 casos, um aumento de 75% em relação ao ano anterior.

Esse cenário surge em meio a uma série de mudanças de fatores sociais e na dinâmica do crime tanto locais e nacionais, como transferências de chefes do tráfico das grandes cidades do sul e sudeste do país para presídios federais em outros estados, enfraquecimento de políticas públicas no combate a desigualdade e incremento de forças coercitivas a passo que o poder judiciário e da polícia investigativa se mantiveram estagnados. A chegada de uma recessão econômica global, causando o aumento da parcela da população mais pobre. O estabelecimento de Fortaleza como ponto de interesse dentro da rota internacional de tráfico de drogas e por fim, greves e motins dentro da polícia militar do estado.

Esta soma de fatores retroalimentaram o poder e capilaridade de grupos conhecidos como *facções*, atualmente esses grupos dominam as práticas criminosas como roubos e tráficos de drogas e se estabeleceram dentro das comunidades situadas nas periferias da cidade, cooptando jovens através de uma rede de aproximações criminosas, justificando e condenado práticas ilegais estabelecendo um meio de um *proceder*, ou seja, um código conduta na caminhada no crime, através das práticas criminosas dentro das relações faccionadas.

Segundo apuração do jornal Diário do Nordeste junto a Polícia Civil, a facção Guardiões do Estado – GDE possuía até 25 mil membros, entre membros da massa carcerária e em liberdade em Janeiro de 2021.

Seus membros são em grande maioria, homens jovens desempregados e de baixa escolaridade que recorreram ao crime para alcançar um suposto estilo de vida de ostentação focado em prazeres consumistas e efêmeros da sociedade capitalista, porém em sua grande maioria, esses intuitos são interrompidos prematuramente pelas forças policiais. Esses jovens são então presos em carceragens ou centro socioeducativos superlotados, onde são cooptados

em troca de proteção e ajuda para si e para suas famílias.

Espalhados por Fortaleza, as facções se aproveitaram de antigas rixas de gangues e grupos para estabelecer seus territórios criando verdadeiras zonas de exceção dentro da cidade. O controle destes territórios está em constante disputa diária, sendo comum incursões de grupos rivais para cometer homicídios com teor de vingança a indivíduos que vivem dentro de territórios inimigos, sendo eles envolvidos com o movimento ou não, em alguns casos. Com essa ameaça constante a vida, rapidamente se impuseram novas dinâmicas de trânsito ocupação das ruas desses lugares controlados pelas facções, notadas através da presença de avisos públicos em forma de pichações riscadas por facções em muros espalhados por diversos locais da cidade.

Focado na análise desses avisos, o presente trabalho busca explorar as relações entre a prática urbana conhecida como pichação de muros e o seu recente uso na demarcação de território e como produção de propaganda para promover o poder que esses coletivos têm sobre as práticas criminosas na cidade de Fortaleza, discutindo o seu uso e suas relações com o território urbano periférico metropolitano, suas ligações com questões de segurança e suas interferências no fluxo de espaços e vias públicas. Explorando o histórico da prática e das facções no estado, apontando semelhanças e discordâncias a partir da observação de imagens e de conteúdo deixado como aviso, através da coleta de imagens da internet, redes sociais e em portais de notícias e da ferramenta de mapeamento de imagens ao nível do solo street view.

Na primeira parte deste trabalho, abordaremos questões que rotacionam a prática da pichação através de estudos etnográficos que exploram as vivências do picho sua presença e a sua influência cotidiana no território urbano. Através do estudo desse tema, levantaremos seus conceitos históricos para estabelecer uma aproximação metodológica deste processo e de seu produto, explorado suas implicações e seu percurso como movimento de expressão. Pressões externas e o contexto socioeconômico que influenciaram a visão atual da prática da pichação. Dialogando com Autores como Diógenes (2017) e Albergaria (2019) para construir uma ponte entre a arte e o cotidiano, e como essa dicotomia entre lícito e ilícito permeou a formação de gangues até a implementação das facções.

Seguindo, apresentaremos uma visão macro de todo o sistema uma aproximação de todo o cenário que levou ao surgimento e a manutenção das facções, explorando a formações do território que hoje compõe a cidade de Fortaleza, passando pelas excelentes pesquisas de Paiva (2019) Misse (2006) e Salla (2007), discorrendo sobre as 3 Facções

atuantes mais numerosas na cidade, Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e Guardiões do Estado, apontando suas semelhanças e particularidades.

Na terceira parte, abordaremos as questões que aproximam e separaram o que é a pichação comum e a pichação de facções, analisando a produção de figuras imagéticas produzidas por esses grupos, questionando apropriação de espaços públicos e uso da cidade com ajuda de imagens coletadas da internet e de veículos de notícias, dialogando com problemas sociais abordados por Silva Filho e Mariano (2020) e Barcellos e Barreto (2017).

Usaremos nesse seguinte trabalho imagens coletadas pelo autor através da ferramenta de mapeamento “Street View”. Recurso do Google Maps, publicado globalmente em 2007 e que chegou ao Brasil em 2009, cujo o objetivo é permitir que se vejam ruas e outras regiões com fotografias de alta qualidade ao nível do solo, o que permitiu o acesso ao campo de pesquisa sem necessariamente houvesse algum tipo de comprometimento a segurança física. Também serão usadas imagens de portais de notícias, como o Tribuna do Ceará, portal de notícias pertencente ao grupo Jangadeiro de Comunicação que cobriu extensamente questões de segurança pública no Ceará até sua desativação em agosto de 2020.

2 A PICHACÃO COMO EXPRESSÃO URBANA E HUMANA

2.1 Pichação: Conceitos entendimentos e história.

Pichação, pixação, picho, pixo, xarpi, tagging, grafite e muitos outros nomes são dados localmente e regionalmente pra essa atividade que está inserida em dinâmicas sociais que se revelam em consensos que vão muito além da grafia com “x” ou com “ch”. A pichação de muros hoje move processos que passam por debates políticos, sobre entendimento, direito a cidade, linguagem e ilegalidade, sendo contestada e revisitada com frequência pela academia. Este trabalho buscará adicionar mais um ponto de vista a essa plural discussão ao contextualizar um tipo de fazer pichação que tomou espaço de destaque considerável nas ruas da cidade de Fortaleza na última década, as pichações feitas por facções criminosas, e buscará jogar luz sobre essa nova faceta do picho.

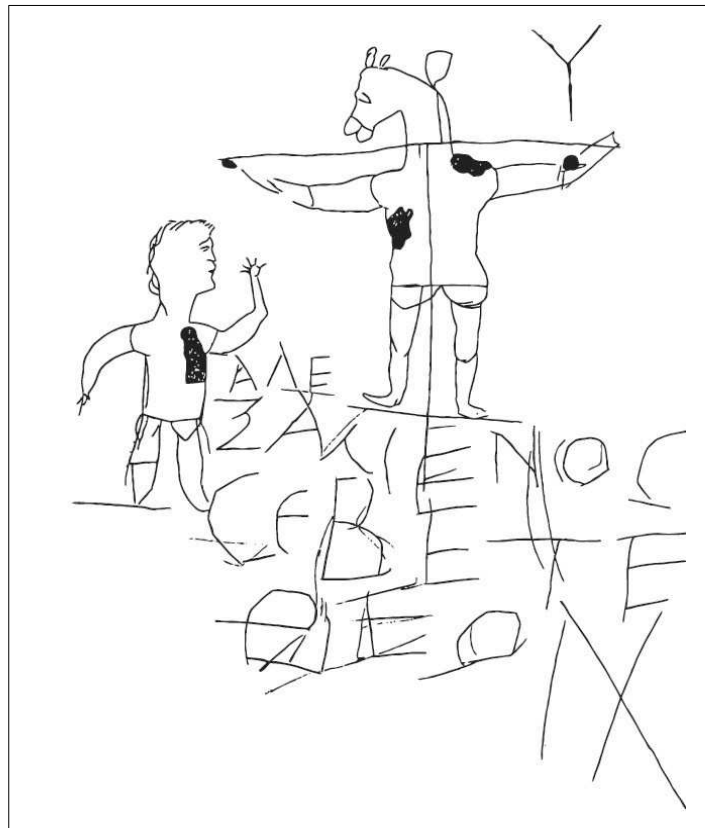
Segundo Celso Gitahy (1999), ao nos aprofundarmos nos estudos que buscam entender o passado e formações das sociedades, observamos que a grafia de símbolos acompanha o desenvolvimento da comunicação na sociedade através do uso de símbolos, que são usados como ferramentas de expressão e de demarcação territorialista desde a pré história.

A partir do desenvolvimento de sistemas de escrita e sua popularização nas sociedades antigas houve então um novo modo de comunicar, tornando possível o acúmulo do conhecimento em forma de texto, nos desprendendo da oralidade e proporcionando um grande salto na forma que nos lidamos com a comunicação cotidiana.

No sítio arqueológico romano de Pompeia, cidade mundialmente famosa por ter sido subitamente soterrada por uma erupção vulcânica no ano 79 d.C. assinaturas e símbolos foram encontrados espalhados preservados em paredes de escolas e templos. Em Roma, capital do império não tão longe dali, arqueólogos encontraram durante uma escavação o grafite em língua grega direcionado a Alexamenos um provável membro dos chamados “primeiros cristãos”. O grafite datado por arqueólogos de 200 d.C. representa a adoração cristã aparentemente em forma de sátira, e documenta o estranhamento a esse novo grupo religioso em Roma. Na figura há um homem provavelmente em posição de adoração junto a um crucificado com cabeça de burro, a inscrição em grego diz “Alexamenos adora o seu Deus” (original: *Αλεξαμενος κεβετε θεον*) deixando claro o uso da pichação como uma ferramenta de expressão e provocação junto a fé cristã nos primórdios de sua existência, como podemos ver na Figura 1. Infelizmente, por se tratar de uma representação única não se pode afirmar com certeza a história por detrás desse personagem nem o que levou a formulação desse possível ataque a sua religião.

Estudos como o de Munhoz (2017) buscam explorar os prováveis sentidos que levaram a produção do grafite de Alexamenos usando ferramentas históricas para a formulação de diversas hipóteses, o grafite por si só se faz um importante exemplo de como esse tipo de expressão já acompanha a sociedade há bastante tempo, refletindo suas questões sociais, desenvolvendo-se junto de fatores como a comunicação e religião, se mostrando antes de tudo, uma produção humana de sentido das coisas.

Figura 1 – Representação do Grafite de Alexamenos



Fonte: Rodolfo Lanciani (1898)

Partindo para um panorama mais atual, foi com a popularização da tinta em aerossol que a pichação se popularizou nos centros urbanos. Segundo Souza (2007) movimentos de contracultura marginalizados foram o epicentro para o início de pichações de muros na Europa e nos Estados Unidos no fim dos anos 70, ligadas aos movimentos *underground* e *punk* na Inglaterra e tiveram gênese artística como símbolo de subversão, logo essa forma de expressão passou a ser associada a grupos que entre outras atitudes, levavam uma vida fora dos padrões aceitáveis para a sociedade na época, tonando a pichação considerada como prática de vandalismo.

A partir daí pichação começou a ser usada como ferramenta de poder simbólico para posicionar hierarquicamente um grupo em um determinado território dentro de um ecossistema urbano onde diversos grupos coexistiram e disputavam o poder. No Brasil a pichação teve seu gênese nas grandes concentrações urbanas da região sudeste, a partir de jovens de classe média, influenciados pela cultura norte-americana. Porém, num movimento de absorção da cultura local:

Emulada aparentemente através de filmes e clipes musicais norte-americanos, a prática apresenta um caráter híbrido resultante, visto que, no Brasil, além de sua característica estrutural básica que é o fato de utilizar a paisagem urbana como suporte para a divulgação quantitativa de uma marca individual, a pichação obedece

a peculiaridades regionais que determinam seu aspecto estético, suas formas. (SOUZA, 2007, p. 22).

Logo, a pichação no Brasil assume um caráter heterogêneo, que muda de acordo com o ecossistema que está inserida.

A pichação é mais um estilo de intervenção urbana tipicamente brasileiro cujas motivações têm raízes no próprio ambiente físico das grandes cidades brasileiras, refletindo questões como migração, especulação imobiliária e planejamento urbano. (SOUZA, 2007, p. 38).

Já para Diógenes (2017) e Lassala (2010), a pichação contemporânea distinguiu-se como forma de intervenção no espaço urbano durante as manifestações de Paris em 1968, ligadas ao movimento estudantil e se espalharam pela juventude que em todo o mundo ocidental clamava por ter suas vozes ouvidas numa sociedade ainda extremamente conservadora. Usando de tinta e moldes estêncil, frases de ordem puderam ser facilmente replicadas pelos muros da cidade, dando visibilidade aqueles que queriam mostrar para o mundo suas ideias.

Protestos, reivindicações e sonhos marcaram os muros de Paris em maio de 1968, ano que ficou conhecido no mundo pelas revoltas estudantis, tendo a cidade e seus muros como os principais veículos de comunicação daqueles que não eram ouvidos pela sociedade, pelo governo e pela mídia. A necessidade de usar os muros para “gritar” suas causas percorreu o mundo – passou por Berlim, Roma, Praga, Berkeley e Woodstock. (ARAÚJO ET. AL. 2015, p. 101).

Sodré (2008), debruçando-se sobre essa efervescência nos últimos anos da década de 60 e início dos anos 70, relaciona a pichação ao movimento jovem na cidade de Nova York, onde começam a surgir inscrições que ganharam o apelido de “tags”. Logo esse “tagging”, ou seja, essas intervenções feitas por jovens anônimos se espalharam pela cidade chamando atenção da mídia e de autoridades, que relacionaram os grafites a prática de vandalismo, a sujeira urbana e depredação do patrimônio público, iniciando uma série de denúncias à ação grafiteira.

Ao sul da linha do Equador, como complementa Araújo (2015), a pichação ajudou a juventude brasileira dos anos 70 a protestar contra a ditadura militar que controlava o país, mostrando toda a insatisfação contra o regime e seus ataques a liberdade de expressão.

Sendo uma forma de expressão marginalizada e vista como uma forma de desvio da ordem e da limpeza pública, os grafiteiros urbanos criaram formas de escapar da perseguição do estado com o passar dos anos, mesclando-se entre os milhões de rostos que

compõe o cenário urbano, saindo sozinhos ou em grupos pequenos na calada da noite. Com o fim da ditadura e a força do movimento Hip-hop nos anos 80 e 90 criaram-se novas dinâmicas de movimento e entendimento da grafia de palavras e símbolos com o uso de tinta spray. Com o tempo essa dinâmica mais anônima contribuiu para uma ruptura com os padrões de entendimento vigentes e criando uma nova forma estética baseada numa nova cultura de signos e desenhos causadores do desentendimento da pichação por parte daqueles que não estão inseridos nesse circuito (DIÓGENES, 2017).

Hoje pesquisadores como Oliveira (2020) traçam seus percursos focando-se na trajetória de pichadores, suas interações em grupo e como eles habitam a cidade em uma sociedade que tanto os marginaliza, explorando as diferenças entre grafite, esteticamente mais bem-aceito e que ultimamente vem ganhando destaque em diversas galerias de arte ao redor do mundo, e a pichação, proibida por lei e feita às escuras, ou em meio a grandes multidões na efervescência de uma passeata.

Em Fortaleza destaca-se a pesquisa de Chagas (2015), que analisa as práticas de pichação na cidade por meio de fotografias, estudando seus signos e suas interações com a publicidade e com o grafite, e suas relações conflituosas com o meio urbano.

O picho é uma atividade cheia de adrenalina e riscos físicos reais, seja numa escalada para alcançar uma determinada altura ou sofrer retaliações da polícia ou de moradores ao ser flagrado pichando. Cada ação traz em si suas motivações, valores estéticos, simbolismo e singularidades, pixos e pichos, coexistindo e fazendo da cidade sua galeria e dos muros sua tela em branco.

2.2 Conflitos e confrontos numa cidade brasileira: Das gangues as facções.

Yves Barel (1986) busca afirmar em suas pesquisas que o homem é um animal territorial e territorializador. De fato a busca por território, e a sua respectiva dominação, pautaram grandes movimentos durante a história da humanidade e foram essenciais para a formação das populações quais nos conhecemos hoje. Populações que preencheram sua cultura de mitos, como a terra prometida bíblica ou mais adiante alguma romantização que buscava retomar um ideal de humanidade clássica, heroica e nacionalista.

Afirmações de que nós cidadãos conterrâneos, temos o direito e o dever natural de lutar pela terra que em que nascemos, que foi instrumento de trabalho e sobrevivência de nossos ancestrais, uma herança concebida a nós com uma benção divina. Toda essa retórica de

que nosso local de nascimento nós dá uma identidade que nos aproxima por um viés deturpado da realidade. Talvez apenas por uma idealização de longe do que de fato é real, ignorando todas as diferenças sociais cimentadas ao longo de séculos de desigualdade, essas antigas afirmações habitam majoritariamente o campo das ideias, partindo para um campo cotidiano fazem-se evidentes as diferenças sociais, pautadas por questões econômicas marcantes em diversos setores da nossa sociedade e interferindo diretamente no modo que os agentes do estado brasileiro enxergam seus cidadãos. Diferenças que se enraízam em questões territoriais e de violências simbólicas.

Paul Claval, fala que o território na pós-modernidade nasce das estratégias de controle necessárias à vida social. Estabelecendo estruturas que ordenam o espaço, A criação dessas estruturas estão ligadas diretamente ao grupo humano que tem poder sobre o território, influenciando fisicamente o espaço de acordo com a sua estrutura social. Sendo assim, a ideia de território está ligada à ideia de controle, por um determinado grupo (CLAVAL, 1999), Já Milton Santos, conceitua o território como um espaço simbólico e cultural que atua em diversas dimensões da nossa vida, não se limitando a questões puramente geográficas, mas nos afetando como consumidores, e indivíduos, fazendo parte da nossa formação como cidadãos (SANTOS, 1987).

A partir desse panorama, podemos então ir além, relacionando controle de territórios com poder simbólico de Bourdieu e seus respectivos espaços de conflito no meio social. E nos questionar sobre conceitos pré estabelecidos que nos levam a idealizar a figura de um o morador de acordo com o bairro ou assentamento em que vive. Olhando fundo as lacunas sociais abertas e o senso comum sedimentado na idealização coletiva da imagem que cria rótulos para o cidadão de acordo com o bairro em que mora.

Esse trabalho tem como objeto o estudo das novas territorialidades criadas a partir do assentamento de coletivos conhecidos como facções nas comunidades da cidade de Fortaleza, transitando entre abordagens micro e macroterritoriais, da cidade que é a capital administrativa do estado do Ceará e sétima maior cidade do Brasil com aproximadamente 3 milhões de habitantes, apresentando em seu espaço urbano, problemas comuns das grandes cidades latino-americanas.

Marcada por contrastes sociais gradativamente acentuados com as grandes secas que assolaram o interior do estado do Ceará no sec. XX, resultaram no surgimento de assentamentos precários, em locais cada vez mais afastados do centro cultural e social da cidade, historicamente esses lugares nascem à margem dos poderes do estado, em locais

privados de serviços básicos (ARAÚJO; COSTA, 2016).

Como em outras cidades do Brasil, atualmente a periferia de Fortaleza sofre com estigmas causados pela presença do crime organizado potencializado pela mídia que desenvolve narrativas policiais alinhadas ao pensamento conservador que se inflamou nos últimos anos em parte da classe média e da alta sociedade que mora nos bairros nobres da capital, criando assim um sentimento de insegurança, relacionado a pobreza e imprevisibilidade da violência, transformando áreas da cidade em quarteirões proibidos, invisibilizando a grande parcela dos moradores de periferia, como de qualquer lugar, são cidadãos que merecem tratamento digno. Essa forma exclusivista de posicionamento da sociedade aliada a péssimas gestões públicas da segurança e de outros serviços básicos criaram uma imensa lacuna que impede o acesso de moradores da periferia ao acesso de equipamentos públicos, sendo muitas vezes seu primeiro contato com o poder do estado através da presença das forças de segurança pública (ALBERGARIA, 2016).

Entre os diversos bairros de Fortaleza, foram escolhidos algumas localidades para serem exploradas durante esse estudo, alguns dos critérios que contribuem na escolha dos territórios a serem estudados foram o conhecimento do campo de pesquisa pelo autor, a produção acadêmica, notícias e fonte secundárias sobre o local, foram levadas em consideração, suas diferentes características como microterritórios, como no caso do bairro Conjunto Palmeiras, e parque Genibaú comunidades criadas mais recentemente, ou no caso do Pirambu, comunidade pobre tradicional de Fortaleza.

Tendo em 2021 a sexta maior zona urbana do país e uma das maiores zonas de influência do Nordeste nos dias atuais, Fortaleza se originou de pequenos povoados de pescadores que rodeavam o Forte criado para combater a expansão dos interesses Holandeses e Franceses no Nordeste do Brasil (GIRÃO, 1982). A vila por quase um par de séculos viu-se andando em um ritmo pacato, cercada de praias paradisíacas, com pouca interferência humana. Servindo de entreposto entre o interior do estado, até então o grande produtor de riquezas e suas recentes rotas comerciais que escoavam a produção para outras cidades do Brasil e para Lisboa.

Foi com o avanço da Industrialização na Europa e o aumento na demanda global por algodão que a recente vila elevada a cidade teve seus primeiros melhoramentos urbanos. Seu antigo ancoradouro, recebeu guindastes e dragamento para que embarcações maiores pudessem ali receber suas cargas, nascia o porto, ou poço da draga. Local histórico que abriga uma das mais antigas favelas da cidade, formada originalmente por estivadores que tinham

sua mão de obra explorada na carga e descarga de mercadorias. Menos abastados e com poucas oportunidades, se acumularam em casebres, nas redondezas do seu local de trabalho tomando aos poucos o lugar dos antigos pavilhões que foram abandonados com a desativação do porto e remanejamento das embarcações para o porto na ponta do Mucuripe.

Mas não foram somente os ciclos exportadores de matéria prima que impulsionaram o crescimento da cidade e de suas desigualdades, Fortaleza em toda sua história recebeu grandes migrações de sertanejos que fugiam das secas que castigavam o interior do estado. Essas migrações causavam grande desequilíbrio social na cidade e enchiam as ruas de famílias inteiras desamparadas, um dos retratos dessa precarização da vida são os ditos currais do governo, campos de concentração que receberam milhares de retirantes nas secas de 1988 a 1932 (RIOS, 1999). Do campo de concentração do Urubu, iniciou-se os estágios embrionários do agrupamento habitacional que hoje compõe a grande região do Pirambu e os bairros que formam suas redondezas, que já alocaram um complexo de comunidades que já foi considerada uma das maiores favelas do Brasil.

Durante todo o sec. XX a cidade se expandiu impulsionada por um mercado imobiliário voltado para os mais ricos, sem que houvesse nenhum plano mais ambicioso para evitar que seus cidadãos vivessem em moradias precárias. Já durante a ditadura militar foram desenvolvidas obras de requalificação do espaço urbano que “empurraram” as comunidades para longe das áreas nobres da cidade, foi nesse contexto que comunidades como a do Parque Genibaú surgiram.

Fortaleza é uma metrópole de contrastes sociais, seus prédios de alto padrão como podemos ver na figura 2, contrastam com as comunidades pobres originárias das vilas de pescadores que cresceram na orla em volta, condomínios de luxo que se espalharam recentemente pelos arredores do parque estadual do rio Cocó, disputam espaço com comunidades que já ocupavam aquele território. Assim, com a proximidade física de uma sociedade tão contrastante, Fortaleza se tornou uma cidade onde a ocupação e pertencimento das pessoas a um espaço está diretamente relacionado a questões socioeconômicas. Com as classes média e alta se isolando do ambiente em volta com ajuda de muros com arame farpado e segurança particular, casas e edifícios se tornaram verdadeiras fortalezas de vidro.

O poder público por sua vez, sempre priorizou uma agenda ampla de obras no setor de construção civil, sobretudo nos últimos 10 anos visando o melhoramento da infraestrutura da cidade para sediar grandes eventos, como no caso de jogos da copa do mundo de futebol da FIFA em 2014, porém sem o devido cuidado que setores importantes que

ajudam no desenvolvimento da cidade necessitavam, como o metrô da cidade, obra que ainda gera polêmica pelo despejo de famílias de suas casas e que até a entrega deste trabalho, não foi concluída. Assim focadas principalmente em garantir infraestrutura rodoviária e no afastamento de populações do centro com a construção de conjuntos habitacionais populares nas periferias, as autoridades contribuíram para o agravamento dessa lacuna, afastando mais ainda aqueles que se transportam de carro, ou em coletivos do convívio de ver, sentir e respirar a cidade.

Todas essas transformações não foram assimiladas de uma forma pacífica, em pouco tempo a cidade apresentava novas silhuetas, em aço e concreto, a prefeitura aparecia nas páginas de jornais e era acusada de passar por cima das leis ambientais da cidade em prol das construtoras. Pressionando as áreas verdes da cidade em prol da expansão do mercado imobiliário.

Em contrapartida essas melhorias prometidas durante a fase preparatória para a copa de 2014 chegariam em doses homeopáticas as comunidades periféricas que continuaram com severas deficiências de estrutura urbana. Já historicamente segregadas desde a sua origem, essas comunidades abrigaram gerações de trabalhadores que ajudaram a construir a força de trabalho da cidade e apesar da vital participação no cenário econômico de Fortaleza em suas diferentes épocas, os moradores desas comunidades viveram e vivem cercados de preconceitos, violência e descaso.

Figura 2 – Comparativo da paisagem urbana de Fortaleza (Anos 70 – 2000):



Fonte: Nelson Bezerra / Pagina do Instagram Fortaleza Antigamente.¹

1 Disponível em: <https://www.instagram.com/fortalezaantigamente/> <Acesso em 12 Ago. 2021.>

A cidade, suas praças, seus monumentos e suas imagens são espaços que expressam e confrontam a cultura contemporânea. As metrópoles são reflexo de um tempo, comportam construções pós-modernas, prédios “inteligentes” e “ecológicos”, ao lado de remanescentes coloniais e habitações insalubres; são habitadas por corpos conectados às mais recentes tecnologias e gente excluída de benefícios sociais. A metrópole contemporânea é carrefour de ideias, de corpos, de jovens e adultos, de vanguardas e retaguardas políticas, econômicas e artísticas. É onde o mundo acontece [...] (SIQUEIRA, 2010 p. 45).

Um centro urbano é um ambiente onde se pode encontrar uma variedade de conflitos e contrastes, intervir nos muros da cidade é um meio que grupos sem espaço de fala tem para se posicionar e resistir, é nesse espaço de força de expressão que grupos marginalizados encontram uma forma de ocupar e deixar suas marcas na cidade espalhando sua cultura simbólica visual de forma organizada.

A cidade é um espaço multicultural onde se convergem e interagem uma pluralidade de grupos de uma forma nem sempre pacífica, seus problemas como trânsito, poluição e lixo evidenciam a desigualdade social e seus problemas de infraestrutura, principalmente em seus bairros mais periféricos, que foram tardiamente integrados aos fluxos que percorrem o centro da cidade e os bairros mais nobres próximos a praia.

Com a divisão da cidade entre bairros nobres e populares, a ocupação e pertencimento das pessoas a um espaço passou a estar diretamente relacionado a questões socioeconômicas, com as classes média e alta se isolando do ambiente em volta com ajuda de muros com arame farpado, câmeras e segurança particular. Suas casas e edifícios tornaram-se verdadeiras fortalezas de vidro vigiadas 24 horas 7 dias por semana.

Mesmo com todo fervor que dominou a conjuntura política do país na primeira metade do séc. XX, os movimentos políticos que juntassem esforços para estabelecer essas comunidades como parte atuante da cidade eram tomados como coadjuvantes, ou como inimigos subversivos, assim pelas décadas que chegaram a cidade cresceu em desarmonia, criando abismos que resultaram em uma convivência não-harmônica e violenta de todas as partes, culminando num terreno fértil para a sociedade patrimonialista e conservadora que vivemos atualmente.

Nas décadas de 70 e 80, no auge do governo ditatorial militar que governou o país de forma autoritária, com diversas perseguições e ataques aos direitos humanos. Centros comunitários e projetos de viés progressistas e até programas religiosos entraram no radar da polícia que passou a patrulhar com mais frequência as comunidades, assim a violência e a coerção se resumiram como a presença do estado dentro de algumas comunidades e foram seu único representante perante os moradores que seguiam isolados aquém de serviços públicos

por anos (ALBERGARIA, 2016).

Influenciados pelas políticas anticomunistas norte-americanas durante a guerra fria houve a criminalização de movimentos políticos de esquerda e a sua perseguição em quase todos os países sul-americanos, No mesmo período, os cartéis latino-americanos davam início a nova rede global de distribuição de entorpecentes para abastecer principalmente a Europa e os Estados Unidos.

Assim como um reflexo dessa expansão do mercado de tráfico de drogas internacional, o mercado interno se aqueceu, colocando o Brasil de vez nas rotas internacionais que levavam drogas produzidas na América do Sul para o mundo, com essa grande entrada de capital, os grupos criminosos aqui presentes se viram prontos para elevar sua disputas bélicas, o que ajudou no aumento da letalidade da criminalidade e de seu poder de fogo, uma vez que a entrada obtusa de armas pelas fronteiras se mostraram facilitadas pela extensão e pelos diferentes relevos geográficos encontrados.

No seu auge, esses grupos criminosos se espalharam por grande parte da periferia da cidade em forma de gangues. Altamente territorializadas, elas travavam conflitos com gangues vizinhas por poder, faziam alianças com grupos de outras localidades na mesma velocidade que as quebravam, pichavam paredes e mais tarde começaram a traficar drogas.

Em sua tese sobre gangues e galeras de Fortaleza, Diógenes (1998) mergulha intensamente no cenário urbano desses coletivos de jovens, em sua maioria homens, que dominavam os bailes funk que se espalhavam pela periferia da cidade. Reunidos em turmas, as gangues usavam de ações violentas para ganhar fama nas ruas, seus membros praticavam crimes para tentar financiar um modo de vida de ostentação e muitas vezes, começavam sua caminhada criando desavenças com membros de outras gangues ou de indivíduos inseridos do crime, estabelecendo ações de vingança, agressões e até assassinatos em defesa de sua “honra” ou como demonstração de sua virilidade.

Foi dentro do movimento das gangues que se cimentou o sentimento de pertencimento ao território que perdura até hoje, defender sua área tornou-se então mais que uma estratégia de defesa das “bocas” e passou a estar intrínseca na filosofia que regia as gangues e mais recentemente, passou a integrar a filosofia presente nas facções. Com esse crescente valor dado a manutenção de territórios, surgiram uma série de conflitos ligados a esta questão.

Conflitos envolvendo a disputa por território passaram a ser mais frequente entre grupos rivais, criando-se principalmente em bairros onde não havia um consenso claro de

fronteiras, ou entre comunidades que possuíam algum tipo de atrito histórico. Essa disputa violenta primeiramente culminava em confrontos diretos entre os grupos, a paus e pedras, e depois, com a potencialização do poder de fogo dos grupos, o confronto direto deu lugar as execuções, rápidas e sem chance de defesa para a vítima.

Esse aumento de ações violentas por parte das gangues se refletiram nos atritos internos dentro das comunidades, gerando descontentamento da parte dos moradores, que se viam submetidos a conviver com vários tipos de violência, como furtos e assaltos e se viam também estigmatizados e desamparados de assistência do estado, anos mais tarde, esses atritos repercutiriam na mídia com a chegada das facções. Como Paiva afirma sobre a prática do tráfico de drogas dentro das gangues:

As mortes proliferaram e, aos poucos, as pessoas proeminentes nas gangues, em posições de liderança, se tornaram traficantes. Em muitos bairros, eles também foram assassinados por pessoas envolvidas em outras atividades criminosas, mas que, ao chegarem aos territórios, não deixaram de sofrer as consequências de antigas demarcações e conflitos territoriais. Assim, as primeiras quadrilhas de traficantes, oriundas ou não de antigas gangues, não deixaram de se estabelecer em comunidades, favelas ou quebradas com demarcações claras, pois um grupo não frequenta a área do outro, e as inimizades geradoras de mortes atendem a essa lógica de pertencimento territorial. (PAIVA. 2019. p. 07).

Em 2016 foi um ano chave para a percepção do tamanho do poder de controle das facções dentro da cidade e seu o movimento de ruptura para com as dinâmicas de gangue que dominavam até então as periferias, a “paz” foi umas das consequências dos acordos entre facções naquele ano, com essa trégua momentânea as facções puderam se articular e se expandir, longe do passado recheado de disputas travadas por gangues em Fortaleza desde os anos 80. Agora ficava claro que quem “mandava no pedaço” eram as facções.

Em meio a manifestações celebrando a paz entre esses grupos, como passeatas e foguetórios, o ano de 2016 registrou uma acentuada queda nos índices de assassinatos. Em Fortaleza, enquanto no primeiro semestre de 2015, haviam sido registrados 809 Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs), conforme a SSPDS, no mesmo período de 2016, foram registrados apenas 504: uma redução de 37,7%. Conforme observou o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a redução nesse período era ainda maior em determinados bairros, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). (ARAÚJO; ROMERO, 2019. p. 315).

Com o fim da trégua entre os grupos menos de um ano depois, os números de CVLIs dispararam na no estado, sendo 2017 o ano de maior número de homicídios registrados com 5.532 mortes violentas contabilizadas (ABSP,2018). Fortalecidas, as facções impuseram suas novas dinâmicas criminais, como complementam Araújo e Romero (2019), praticando homicídios por vínculo com membros de facções inimigas, despejos de famílias de suas casas e ameaças de atentado a prédios e pessoas públicas.

De acordo segundo o Atlas de assentamentos precários de Fortaleza elaborado no ano de 2015² existiam na época cerca de 843 assentamentos precários na cidade entre comunidades e cortiços, e hoje em sua grande maioria, são controlados por grupos organizados que herdaram suas divisões territoriais de gangues antecessoras, com destaque para crescente polarização entre o Comando Vermelho, Guardiões do Estado e Primeiro Comando da Capital.

3 FACÇÕES CRIMINOSAS E SEUS PERCURSOS NO MUNDO E NO BRASIL

3.1 O crime organizado no mundo.

Ao observarmos os jornais, digitais e impressos, telejornais e programas de variedade da televisão aberta no Brasil, nos deparamos com uma extensa cobertura e matérias relacionados a segurança pública. Esses veículos falam amplamente sobre crimes violentos, e nos últimos anos palavras como crime organizado e facções vem sendo inseridas com frequência, na maioria das vezes ligados aos crimes de assassinato e tráfico de drogas.

A palavra “crime organizado” ou simplesmente “crime” tem significado complexo, o crime possuiu um leque de dinâmicas que envolvem relações de poder com o território e de convívio além de fazer, pertencer e ser o crime. A definição de crime organizado é bastante complexa e varia de acordo com a perspectiva adotada. Segundo Paulo César de Oliveira:

A origem do crime organizado não é algo fácil de ser levantado. No entanto, é certo que as organizações criminosas são tão antigas quanto a própria atividade criminosa. Ou seja, é bem provável que essa origem esteja inter-relacionada com a origem do homem, tendo em vista sua capacidade de seguir ou não os objetivos sociais a eles impostos pela coletividade que o cerca. (OLIVEIRA, 2005. p.26).

O crime organizado é um conjunto complexo de relações criminosas que, embora estejam situadas no âmbito da criminalidade comum, possuem um elevado grau de complexidade estrutural e funcional que lhes permite desenvolver ações criminosas de maior envergadura e com alto grau de impunidade (OLIVEIRA, 2005). O crime, por sua vez, é um fenômeno social que envolve aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos, nas quais as classes subalternas são objeto principal de controle penal (MISSE, 2006).

Dessa forma, é possível entender que o crime organizado envolve relações de poder e controle de território, que muitas vezes se confundem com as dinâmicas do próprio

² Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br>

estado (DUARTE, 2020). As relações entre estado, crime e sociedade são dinâmicas, conflituosas e mutáveis, sendo possível afirmar que em alguns casos é difícil distinguir claramente entre legal e ilegal, estatal e não estatal, lícito e ilícito (MISSE, 2008).

Assim, percebe-se que o crime organizado não é um fenômeno isolado, mas sim parte integrante da sociedade em que vivemos, fazendo pertencer e ser o próprio crime, que para obter êxito, necessita de um certo grau de organização.

A Origem do crime organizado é um tema controverso, mas podemos chegar em certos consensos, já que ele se apresenta em diversas facetas ao redor do planeta, em diversas culturas e formas. A Yakuza, conhecida internacionalmente como “Máfia Japonesa” atua na Ilha asiática desde o séc. XVII, e caminhando entre práticas legais e ilegais, fazem parte hoje em dia da cultura pop japonesa, sendo tema de filmes séries e jogos eletrônicos, já Oliveira (2005) destaca a potencialização do crime organizado no mundo a partir do século XIX com a formação da máfia italiana, ligada a proteção de comerciantes e latifundiários. E com a difusão desse modelo de organização pela Europa e pela América.

Michel Misse (2006) ao estudar as origens da violência no Brasil contemporâneo, afirma que:

Até que a violência criminal se reintroduzisse como um novo padrão nas sociedades modernas, e esse é um processo ainda em andamento, foram necessárias sucessivas crises de legitimação do Estado moderno, nas guerras imperialistas, nas revoluções políticas e na corrupção dos mercados ilícitos. (MISSE, 2006, p.6)

Ao nos debruçarmos sobre as falas dos dois autores, observamos que o crime organizado contemporâneo ganhou forças gradativamente a partir de diversas pressões que a humanidade foi submetida através dos últimos séculos: guerras; regimes autoritários; crises políticas e financeiras; embargos econômicos e crises ambientais. Essas novas tensões causadas pela guinada capitalista-imperialista da economia ocidental moldaram uma nova forma de arranjo social, baseado em concentração de renda e detenção dos meios de produção. Surgindo assim novos estados que criminalizaram o uso da força pelos seus moradores para a resolução de seus conflitos internos, monopolizando para o estado o poder coercitivo e judiciário (MISSE, 2006).

A partir dessas novas configurações sociais, esses grupos foram se fortalecendo a medida que organização da segurança pública pelo estado foi se comprovando ineficaz. Foram criadas novas redes especializadas em diversos tipos de mercados, e mesmo com a elaboração de políticas coercitivas e leis que buscam preservar os direitos humanos que se sucederam no mundo ocidental depois do fim da segunda grande guerra, essas organizações já

contavam com um grande poder financeiro em meados do século XXI.

3.2 O crime organizado no Ceará.

Historicamente podemos traçar o fenômeno do crime organizado no Nordeste com o movimento do cangaço que teve seu auge no início do século XX, movimento que se fortaleceu em um contexto relacionado aos movimentos migratórios, instabilidades políticas e desigualdades potencializados pelas secas severas que castigaram a população sertaneja na época. Com ampla cobertura da mídia durante toda sua existência, o movimento que, mesmo depois do seu fim com a morte de seu principal líder, Lampião e a desarticulação de seu bando, segue ainda habitando o imaginário cultural e identitário do povo nordestino.

No entanto, este trabalho foca-se em explorar a forma mais conhecida e atual de crime organizado no Brasil é a das facções criminosas que surgiram dentro dos presídios, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e os Guardiões do Estado (GDE).

As facções criminosas são grandes grupos organizados que no Brasil no final do século XX como forma de resistência ao sistema de penitenciário brasileiro, visando a união, organização e a criação de normas entre os agentes atuantes do crime, criando uma espécie parâmetros para um percurso pacífico do crime, com o passar do tempo esses coletivos ampliaram seus domínios e disseminaram-se por grande parte do território brasileiro.

Ao estudar o caminho social das facções no Ceará, Fábio Luiz Paiva (2019), define:

[...] facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. (PAIVA, 2019, p 170).

Esses coletivos, apesar da recente chegada no estado, mudaram as dinâmicas do crime profundamente dentro dos bairros populares, dentre o qual vem se destacando a disputa entre atores extremamente violentos em seu modo de operação. GDE, PCC e CV.

3.2.1 O Comando Vermelho

Famosa nas páginas policiais dos jornais há quarenta anos, devido a sua relação com o tráfico de drogas nas favelas cariocas, o Comando Vermelho é uma das organizações

ilícitas mais poderosas e influentes da América do Sul, tornando-se objeto de estudo por sua larga influência na cultura popular através de diversas representações que vão de personagens de literatura até letras músicas, que fazem referência a sua organização e seus líderes e mais recentemente, ao estudo de suas pichações. Como explica Albergaria (2016), a facção criminosa Comando Vermelho surge no sistema carcerário do estado do Rio de Janeiro a partir de uma série de mudanças estruturais provocadas pelas leis de segurança nacional da então ditadura militar que governava o país, foram inúmeras tentativas de silenciar a luta de presos políticos, retirando-os de quartéis e os enquadrando no sistema comum, junto com presos de alta periculosidade. Esse intenso intercâmbio num ambiente hostil fez com que, inspirado na postura e filosofia dos presos políticos, nascesse uma nova “falange” com foco em manter a paz dentro das carceragens (ALBERGARIA 2016).

Sobre uma possível criação do Comando Vermelho por membros da causa política a autora diz:

Muito se especula a respeito da real contribuição dos presos políticos para a formação do Comando Vermelho, insinuando-se que sua construção fez parte de uma ação consciente dos militantes encarcerados de organizar a massa carcerária e trazê-la para a luta política. Contudo, a literatura levantada nos informa que a própria nomeação foi estabelecida pelo Estado e pela mídia, e que não houve entre os sujeitos envolvidos na construção do coletivo o estabelecimento de um grupo político consciente, voltado para a atuação organizada na luta contra o sistema a partir da execução de crimes qualificados, mas sim a união frente a adversidade, em torno de interesses comuns. (ALBERGARIA, 2016, p.27)

Assim a associação do comando vermelho com a luta comunista seria mais uma criação do imaginário da mídia do que uma realidade dentro da cadeia. A partir dessa extensa cobertura midiática se criaram uma série de mitos que consolidaram o CV como uma organização criminosa extremamente perigosa no imaginário popular (ALBERGARIA, 2016).

Complementando o pensamento destacado, podemos alegar que o comando vermelho e surgiu como um produto da luta da população carcerária do estado do Rio de Janeiro para se organizar frente as condições precárias impostas pelo estado ditatorial, porém sem deixar de ter ser grupos privilegiados e sua própria hierarquia as “tropas do comando” convivem em uma tênue harmonia em nome de uma paz geral entre os membros do facção.

Ao sedimentar uma rede de alianças pelo país com outras facções locais já estabelecidas em cada região, o CV teve acesso a novas redes de distribuição de drogas, armas e outros materiais ilícitos, além de possibilitar o controle de territórios em regiões estratégicas para a atuação criminosa. Outro fator que contribuiu para a expansão do CV foi a

superlotação e a precariedade do sistema prisional brasileiro, que propiciaram a criação de uma rede de contatos entre detentos de diferentes estados, permitindo o estabelecimento de uma hierarquia nacional interna e a disseminação da ideologia e do modus operandi da organização. Além disso, o Comando Vermelho também se beneficiou do aumento da demanda por drogas ilícitas no Brasil e da expansão do mercado consumidor para outras regiões do país, o que permitiu à organização uma maior lucratividade e poder de investimento em novos territórios. Com o passar do tempo, o CV se tornou uma das principais facções criminosas do Brasil.

Campelo (2019) cita uma reportagem do ano de 1993 que faz referência a uma busca policial em uma casa que supostamente abrigaria uma sede de operações do grupo no bairro Álvaro Weine, como o primeiro movimento midiático contemporâneo de cobertura das presenças de facções em território cearense. Hoje, 20 anos depois a facção tem presença massiva nas comunidades de fortaleza, rivalizando diretamente com o grupo local GDE em números totais de membros.

Figura 3 – Corrente de Whatsapp com supostas localidades em Fortaleza e região metropolitana com membros do comando vermelho:



Fonte: Imagem coletada pelo autor (2020).

3.2.2 Os Guardiões do Estado

Mais recente no crime, porém não menos perigosa a facção Guardiões do Estado – GDE. Ainda não tem um consenso em sua origem e data de formação. Segundo Araújo e Romero (2019) em pesquisa junto a vara de delitos de organizações criminosas do tribunal de justiça do Ceará, fontes internas da própria facção divergem em datas e locais.

A organização criminosa denominada Guardiões do Estado (GDE) surgiu provavelmente no ano de 2012, iniciando-se num grupo de torcida organizada, o qual passou a envolver-se com o tráfico de drogas como alternativa encontrada para financiar o grupo, ocasião em que virou uma gangue de bairro, até se transformar em facção criminosa em Janeiro/2016, sendo atualmente a terceira maior facção atuante no Estado do Ceará. (ARAÚJO; ROMERO, 2019. p. 317).

A GDE, também referida como 745 pelos seus membros, representação das letras da sigla em sua ordem no alfabeto, começou seu percurso dominando territórios na periferia de Fortaleza a partir de uma aliança com os paulistas do Primeiro Comando da Capital, aliança essa contra o avanço do Comando Vermelho, do outro lado os membros da facção carioca se uniram a Família do Norte, para assegurar seus territórios e expandir sua rede de influência, porém essas alianças foram quebradas ao final dos anos 2010 e os coletivos já estavam mergulhados numa disputa sangrenta e violenta pelo controle do crime organizado da cidade. Hoje, segundo dados a GDE é a maior facção em membros em liberdade do estado e provavelmente a maior e mais influente facção de Fortaleza.

Segundo Paiva: “O surgimento da GDE possibilitou também um discurso identitário com pessoas vinculadas ao crime no Ceará e se impôs diante de grupos considerados estrangeiros.” (PAIVA, 2019, p. 173). Permitindo mais autonomia entre os braços da facção e regras mais brandas e horizontais, sendo então mais condescendente com grupos mais violentos, e que não se encaixariam em outras facções.

Foi com o acirramento de tensões territoriais entre GDE e CV, que houve uma crescente de novos aparecimentos de pichações, agora focadas em ameaças ao grupo rival. Foi também a GDE que popularizou o a criação de murais de grafite, murais esses, que diferentes dos murais comum feitos por artistas, são pintados muitas vezes sem permissão, causando tensões como as que um interlocutor, morador do bairro conjunto Palmeiras relatou para Paiva, onde: “[...] um senhor foi morto por ser suspeito de ter denunciado as pessoas que fizeram um mural de grafite da GDE, próximo a um campo de futebol do bairro.” (PAIVA, 2019, p. 178)

3.2.3 O Primeiro Comando da Capital

Um dos grupos de crime organizado mais estudados do país, o Primeiro Comando da Capital, afirma Karina Biondi é: “Um movimento que apareceu no interior das prisões paulistas no início da década de 1990 e que hoje está presente em aproximadamente 90% das instições penais existentes em São Paulo.” (BIONDI, 2014 p. 12, 13), sendo um dos pioneiros a expandir sua área de atuação, de dentro para fora dos presídios e também na criação de redes interestaduais e internacionais de tráfico de drogas.

Surgindo como uma forma de presos se organizarem frente aos abusos do sistema carcerário, o PCC apaziguou tensões, homogenizando a massa prisional dos presídios onde passou a atuar sob uma só filosofia que buscava a harmonia entre as ações dos detentos para enfrentar os abusos aos direitos humanos que eram cometidos dentro da detenção por guardas e outros presidiários, e após mudanças em suas lideranças adotou uma forma descentralizada de resolução de conflito, o que tornou novas proporções com o uso de celulares dentro das casas de detenção. O transformando em uma espécie de organismo organizado capaz de atentar contra as forças do estado de uma forma nunca antes vista no país (ADORNO E SALLA, 2007).

O PCC, é um dos pontos centrais para o entendimento das relações entre detentos dentro e fora do sistema prisional, pois ele consegue com muito êxito, estabelecer um conjunto de normas, um proceder (MARQUES, 2010), baseado em práticas assimiladas pelos próprios presos como corretas dentro da caminhada do crime, práticas de comportamento que remetem as origens do próprio crime organizado no Brasil. Ao exterminar figuras não relacionadas ao tráfico de drogas nas comunidades (RODRIGUES, 2020), criando-se assim uma falsa percepção de paz, uma vez que os conflitos são mediados externamente, entre lideranças que estão encarceradas.

3.2.4 Facções e demarcações

Desde o fim da primeira década do século XXI, O PCC e CV se lançaram em uma campanha expansionista, principalmente visando estados do Norte e Nordeste do Brasil, no Ceará com a chegada desses grupos a palavra facção passou a ser conhecida pelos moradores que viram o crime organizado passar a fazer parte do cotidiano dos bairros populares da

cidade. Logo as antigas gangues que monopolizavam as ações ilegais na cidade, foram exterminadas ou assimiladas, passando a seguir um novo e rígido conjunto de regras e suas lideranças, moderadas com aliados e extremamente cruéis com inimigos.

A partir de um novo movimento de interações com a população e cidade as facções foram tomando o controle de diversos espaços e garantindo poder e controle sobre eles, até um ponto que se estabeleceram como agentes protagonistas capazes de alterar a ordem e o fluxo normal cotidiano ao seu favor, usando o medo e ameaças a vida como ferramentas, a exemplo de como aconteceu nas recentes crises de segurança pública que afetaram o estado, onde facções atacaram prédios públicos, incendiaram ônibus fazendo vítimas fatais e por fim, ensaiando um atentado a carro-bomba na assembleia legislativa estadual.

Atualmente esse cenário parece ainda se perpetuar, mesmo que o número de jovens que não se identificam com nenhuma facção venha crescendo regionalmente (RODRIGUES, 2020), criando uma oposição aos grupos preexistentes, alguns indivíduos passaram a se identificar apenas como membros do “crime” ou da “massa carcerária”. Esses novos grupos seguem uma filosofia inspirada nas facções, porém possuem seus próprios seus estatutos e lideranças que ditam suas próprias leis.

As regras de convivência entre moradores e o proceder do crime na periferia da cidade, abrangem todos os que transitam por territórios faccionados, nesse cenário, uma parcela da população historicamente excluída dos serviços e proteção do estado serve de camuflagem e defesa física para a prática de atos ilícitos, principalmente o tráfico de drogas.

Esses coletivos com o passar do tempo, buscaram se aproximar das comunidades através de laços de amizade e acordos de proteção, através da criação de novos elos, hoje o crime organizado ocupa parcela da vida social dentro das favelas de Fortaleza, assumindo um papel de liderança mediadora e coercitiva dentro das comunidades, punindo crimes que são considerados fora do proceder da facção, como roubos e agressões a moradores, com castigos físicos e muitas vezes com linchamentos públicos, os quais são filmados e postados publicamente em grupos ou listas de transmissões em redes sociais.

Ao assumirem uma postura coercitiva dentro da comunidade que estão inseridos, as facções também passaram a demonstrar seu poder de uma forma mais ativa, com a capilarização das facções, grupos como CV e GDE passaram a ter mais heterogeneidade em suas divisões internas, logo rixas territoriais históricas se sobrepuseram as novas alianças e potencializaram quebras dos pactos de não-agressão firmados (RODRIGUES, 2020), as

pichações feitas pelos coletivos mudaram o cenário da periferia, materializando mensagens antes transmitidas oralmente ou através de músicas de funk e mensagens, as pichações tornaram públicas as mensagens produzidas no centro operacional das facções propagam e simbolizam sua presença.

A pichação, nos dias atuais tornou-se o um dos pilares fundamentais na identificação da presença e atuação das facções em Fortaleza, hoje não é incomum encontrar seus sinais quando se transita pelas ruas, dentro e fora de periferias, com destaque para crescente polarização entre o Comando Vermelho e os Guardiões do Estado. Essas imagens espalhadas pelos muros nos afetam diariamente a nossa relação com a segurança, traçando uma linha de um perigo real e uma sensação de demasiado pavor criado pela sensação de insegurança que nos atinge de diversas maneiras através de relatos, do noticiário e nos leva a crer que não temos o controle do poder decisivo para a manutenção dela.

4 O PICO DAS FACÇÕES

4.1 O picho como uma representação ampliada das facções.

“Vivemos em um mundo hipervisual, onde a imagem exerce um papel fundamental de identificação, divulgação ideológica e socialização de significados.” (WELLER; BASSALO, 2011, p.284). Dentro dessa realidade contemporânea os personagens do crime criariam então novas formas de se adaptar perante essa nova sociedade hipervisual, tratando-se de se fazer entender seu poder coercitivo e econômico dentro do aspecto da vida nas periferias, através de uma estética que mescla uma diversidade de produtos culturais. Inserido-se dentro da produção artística de forma direta ou indireta.

Ao representar os seus elementos simbólicos, a arte produzida por e para esses jovens se faz como uma representação do ambiente, e encontra nas práticas de violência do cotidiano uma questão que não pode ser ignorada.

Logo se percebe a coerção como parte substancial de uma sociedade que privilegia a propriedade privada, onde a cultura do picho se estabeleceu no meio urbano como uma forma de dar vazão a voz de jovens periféricos que ocupam as noites da cidade, e de certa forma não se enxergam como bem-vindos nesse ambiente, porém com o estabelecimento das facções houve um movimento de massificação no uso de pichação para além da forma de expressão preestabelecida, assumindo novas facetas.

O picho foi rapidamente incorporado pelas facções que passaram a dominar as dinâmicas criminais na cidade, logo “salves” para membros e grupos ligados ao Comando Vermelho, Primeiro Comando da capital e Guardiões do Estado assinavam os muros junto das pichações usualmente produzidas, esse tipo de intervenção marcou uma espécie de fase inicial de propagação desse tipo de intervenção.

Essas intervenções junto com os primeiros rumores de que novas lideranças aliadas as facções haviam passado a dominar pontos de vendas de drogas espalhados pela cidade, a pichação teve então um papel inicial importante para estabelecer a presença dos símbolos desses grupos no cotidiano, principalmente dentro das periferias. Como podemos ver na Figura 4.

Figura 4 – Pichação No bairro Presidente Kennedy



Fonte: Tribuna do Ceará. 2019

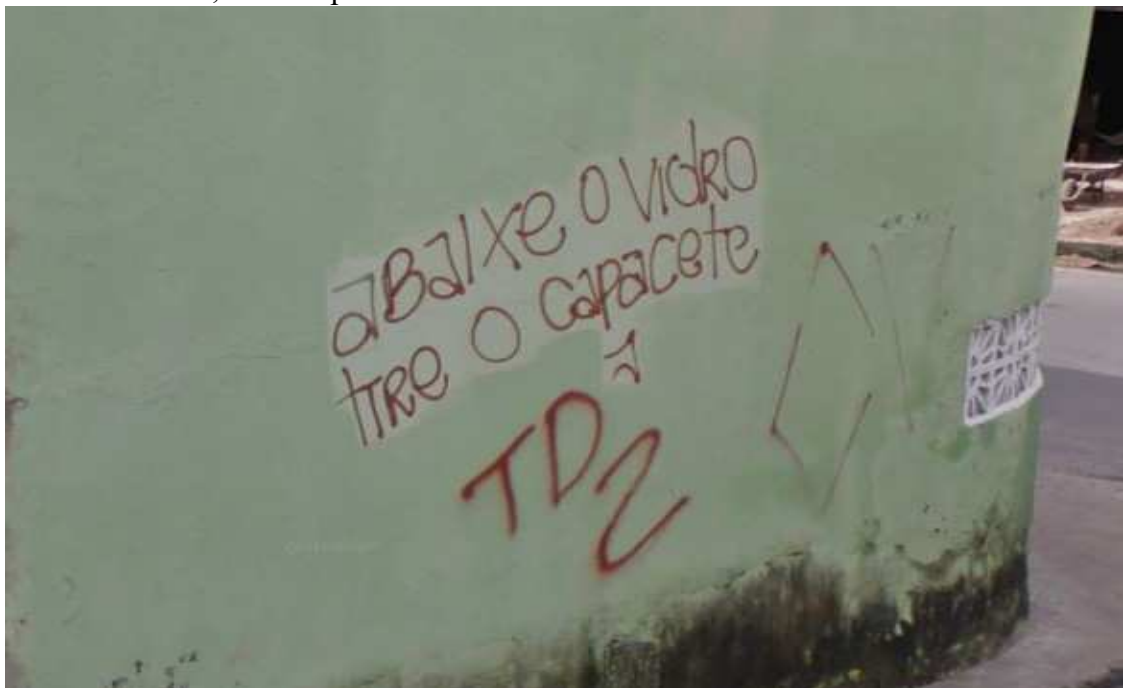
Com o aumento das divisões territoriais, os primeiros avisos públicos em forma de mensagens foram aumentando de complexidade, em vista que a autoridade dos membros de facções passaram a ser inquestionáveis para a manutenção das relações entre criminosos dentro de uma comunidade, e logo as facções estavam expandindo o uso da pichação para além de uma ferramenta de demarcações de território.

Neste contexto, observa-se a transformação das pichações produzidas em instrumentos que reforçam ideias de dominação e controle simbólico. Deixando de lado o seu

aspecto “pacificador” de sua origem e a partir deste momento, seu discurso adota um tom de ameaça não só aos seus inimigos declarados de facções, mas a moradores que tenham qualquer tipo de envolvimento com o inimigo ou resolvam contrariar suas dinâmicas criminais, como delações as forças policiais e fofocas, criando situações como a que podemos ver na figura 04 onde um muro foi repintado, porém a pichação não foi apagada por medo de represália.

Com a ofensiva da GDE sobre territórios dominados pelo PCC e as frequentes instabilidades da cúpula local do CV, abrem-se espaço para o acirramento das disputas entre esses grupos e as ameaças a moradores potencializam-se, tornando-se cada vez mais radicais e passíveis de punições cruéis, primeiro estendendo-se a familiares de membros de facções inimigas, chegando até a ameaças a populações de ruas inteiras. Essas ameaças e atentados se tornaram frequentes, criando verdadeiras áreas de exceção, principalmente em áreas limítrofes entre territórios em questão de disputa entre facções.

Figura 5 – Parede em Fortaleza pichada pelo Comando Vermelho com a seguinte frase: “Abaixe o vidro, tire o capacete”:



Fonte: Google Street View. 2019

A partir desses eventos, a atuação das facções criminosas teve pelo menos dois momentos-chave em Fortaleza nos últimos 10 anos: Um primeiro momento, onde ocorreu uma sedimentação da filosofia das facções, através de aproximações já existentes, incorporando líderes locais de gangues dentro da rede nacional do crime organizado,

disseminando sua filosofia através de um sistema de controle das massas carcerárias, reforçando seus feitos, suas ações e seu modo de vida através de letras de funk, e alterando as regras das práticas criminosas dentro das periferias, vigiando e punindo quem praticasse delitos em seus territórios, fazendo com que, apesar de se tratar de um grupo delinquente, eles estariam ligados a uma ideia de justiça e paz dentro da periferia, tecendo uma rede de conexões locais sob influência nacional inserida num contexto ativo dentro da rede de tráfico internacional de drogas. Usando de uma política de paz, justiça e liberdade aliada à apologia a um modo de vida ligado à prazeres capitalistas consumistas, ao sexo e ao abuso de drogas.

Já num segundo momento, nota-se uma independência operacional local das facções na interação com o meio externo. Com a ascensão da facção local GDE como maior grupo atuante dentro do estado. Aumentando o discurso ligado ao combate e extermínio aos braços de facções não-cearenses.

Nesse momento acirram-se a disputa por territórios e tornam-se frequentes os casos de expulsões de famílias de suas residências, de banimentos das comunidades conquistadas e estabelecimento de novas fronteiras dentro dos bairros, impossibilitando acesso pleno a equipamentos da comunidade, como praças e postos de saúde.

Todas essas ações acabaram por impactar profundamente sobre a imagem de bairros periféricos dominados por facções. Dificultando o acesso de moradores a diversos serviços, como o de transporte público, por aplicativo e táxis, e em casos mais extremos como nos ataques de 2017 e 2019, a total paralisação do transporte público, serviços de entregas de correio e telecomunicações, uma vez que os prestadores não sentem confiança em trabalhar em determinados quarteirões.

4.2 A produção de pichações por facções.

Quando analisamos a presença das facções em Fortaleza através da pichação, encontramos provas históricas de como se dão as disputas de poder e controle de territórios que se dão dentro do complexo conjunto de comunidades que a formam, assim ao observarmos as intervenções espalhadas pela cidade, temos uma noção de suas divisões internas informais e percebemos a volatilidade dessas disputas de poder capazes de elaborar novas fronteiras para além das pré estabelecidas pelo consenso geográfico que faz a divisão urbana da cidade. Essas fronteiras invisíveis são também uma amostra do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) marcado nos muros pelas facções e que se constroem paralelamente de

acordo com a constante disputa de nas ruas por território.

Na tarde do dia 19 de Abril de 2017, grupos armados ligados à GDE abordaram um ônibus em diferentes bairros de Fortaleza, forçando os passageiros e motoristas a desembarcarem e logo após o incendiaram, começava ali uma série de atentados que parariam serviços públicos, suspenderiam aulas nas escolas, fechariam o comércio e desafiariam as autoridades de segurança pública. Diferente da ameaça de carro-bomba ensaiada um ano antes, dessa vez a facção se mostrava disposta a praticar uma série de atentados contra pessoas e prédios públicos instaurando um clima de total apreensão entre os moradores da cidade.

Na época GDE e PCC cultivaram laços estreitos, e foram debatidos até que ponto o grupo cearense estava inspirado pelos ataques que a facção Paulista realizou em 2006 no estado de São Paulo. Ao todo a facção cearense praticou 36 ações durante as principais 48 h de ataques³, com, pelo menos, uma morte relacionada diretamente.

As ações foram acompanhadas pela mídia local e nacional através de ampla cobertura jornalística, e foram um momento decisivo devido uma série de percepções que afetaram completamente as convivências dentro da cidade. A maior coordenação na execução de atos violentos por parte da GDE, e a consolidação de sua identidade como grupo local frente as facções de outros estados, marcando o início da sua expansão em números de membros, ligadas a cooptação de jovens, muitos deles menores de idade, diferindo dos grupos rivais, onde se há uma certa resistência a iniciação antes da maioridade.

Acirram-se as disputas entre as facções criminosas por territórios, num movimento antineutralidade, onde todos os que estivessem relacionados com o crime na época deveriam tomar um lado, seja como um membro ou aliado, aumentando a instabilidade das divisões territoriais existentes e contribuindo para a criação de zonas de exceção.

Com esse novo rearranjo das forças faccionadas, a troca ou a manutenção do poder passou a se dar a partir de episódios de violência que marcavam a alternância na chefia do crime organizado local através de assassinatos de líderes, execução de traidores e outros atores que não estivessem aliados com o proceder da facção dominante. Logo, surgiu uma necessidade de outorga desses eventos, seja para a população, para aliados e inimigos, como podemos observar na figura 5.

Figura 6—Disputa pelo espaço em uma parede na rua Moçambique no bairro Genibaú.

3 Segundo Jornal Opovo, disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/01/2017-teve-ciclo-de-ataques-mais-violento-cobrador-morreu-apos-sofrer.html> <acesso em 28 de Fevereiro de 2023>



Fonte: Google Street View. 2019.

Na figura acima, observamos a disputa entre o primeiro comando da capital – PCC e os guardiões do estado – GDE. Na esquina da rua Moçambique, rua principal da comunidade com o mesmo nome localizada em uma área estratégica por fazer ligações entre os bairros Genibaú, Henrique Jorge e Conjunto Ceará, conhecida por ter uma antiga presença do PCC, até que a facção GDE, expulsou os integrantes da antiga facção da comunidade. O que tornou a localidade um local de rotineiras incursões de facções inimigas, já que a comunidade fica próxima a territórios dominados amplamente pelo CV.

Como consequência dessas constantes ações percebeu-se um declínio no comércio local, com o fechamento de lojas devido questões de segurança. Apesar se der um local de trânsito intenso de veículos nota-se uma arquitetura hostil, com a alta presença de muros, reforçados por cercas elétricas, arame farpado, muros altos e portões gradeados.

Além de deixar os moradores em constante estado de alerta a comunidade, essas incursões também ficaram marcadas pelas paredes da comunidade, como podemos ver na figura 6 capturada em uma das ruas dentro da vizinhança.

Figura 7 – Pichações da GDE, PCC e CV nas ruínas da Vila olímpica do Genibaú.



Fonte: Google Street View. 2019

A figura mostra as respectivas mudanças nas dinâmicas criminais dentro da comunidade da moçambique uma vez que as siglas GDE (à esquerda) e PCC (à direita) estão visivelmente rasuradas, enquanto a CV (à direita) não apresenta nenhum tipo de rasura ou marcação. Barcellos e Barreto (2017) observam que as dinâmicas criminais se apropriam do espaço estabelecendo relações que territorializam áreas a partir da influência e da atuação das facções, essa apropriação se materializa na disputa pelo espaço que é fragmentado criando “territórios faccionados”.

As disputas envolvendo traficantes materializam as questões conceituais contempladas nas abordagens territoriais. Os traficantes utilizam-se, por exemplo, de uma base material do território para estabelecerem seus pontos físicos de venda de drogas. Além disso, utilizam a base simbólica, ao sinalizar para outros grupos a existência de uma fronteira que representa um espaço de exclusividade, onde integrantes de outras facções não são bem-vindos.(BARCELOS E BARRETO, 2017. Pg.41)

Logo podemos afirmar que quando uma facção dominante mantém as siglas de inimigos derrotados não as apagando, preferindo mantê-las rasuradas, é uma escolha que vai além de uma alternativa estética ou de comodidade, é dizer que aquele inimigo, e sua ameaça, foi riscada, e exterminada daquele território Ainda debruçando-se sobre o estudo dos autores citados, observamos que essas intervenções do espaço vão além transformam os aspectos

físicos e estruturais e também atingem aspectos sociais, elas acabam por estabelecer rótulos e estigmas para com os moradores de territórios dominados por facções, mesmo que esses não tenham envolvimento algum com as práticas feitas por elas. Fortalecendo o estigma de criminalização da pobreza, onde moradores são rotulados como participantes das dinâmicas criminais, apenas por serem pretos, pobres e pertencerem a uma determinada comunidade (BARCELOS; BARRETO, 2017).

Essa exclusão com base no local de moradia é potencializada, quando o estado é incapaz de levar a eficiência de seus esforços em infraestrutura para localidades fora das de interesse econômico da elite, como podemos ver na figura 6, o equipamento público ilustrado foi descontinuado por falta de manutenção por parte do poder público e atualmente foi reconfigurado para acesso livre da comunidade, e hoje se encontra em ruínas.

Ao passo que o estado se provava incapaz de favorecer uma política de manutenção de equipamentos públicos satisfatória, o poder público montou uma agenda de segurança pública focada no combate direto ao crime organizado. Com o aumento da letalidade por parte da polícia, as facções buscaram concentrar suas ações dentro e próximo das comunidades.

Ameaçadas em diversas frentes, as facções por sua vez aumentam seu poder bélico, mostrando em vídeos que circulam pelas redes sociais, verdadeiros arsenais de armas que muitas vezes são de uso restrito das forças armadas.

Assim, dentro da comunidade da Moçambique como em diversas outras espalhadas pelas periferias da cidade se criou uma cultura de violência, um cabo de guerra, onde o poder do estado e das facções são postos frente a frente de forma frequente, seja em de ataques coordenados de facções inimigas ou em operações policiais, eventos que são intensamente explorados pela mídia local, historicamente controlada pela elite que tem alinhado seu discurso a uma filosofia em defesa da classe média cada vez mais conservadora e patrimonialista.

Do outro lado a população que vive em territórios dominados por facções se vê refém de uma constante ameaça a vida, caso haja alguma mudança no *status quo* em sua comunidade. Como apontam Silva Filho e Mariano (2020) as disputas por territórios nas periferias de Fortaleza causaram uma série de eventos migratórios sem precedentes dentro da própria cidade, esses refugiados urbanos contemporâneos, vivem há poucos quilômetros do centro de uma das maiores economias do país uma espécie de diáspora moderna, expulsos de suas próprias casas a mando de lideranças de facções, e nada podem fazer a não ser obedecer,

temendo por suas vidas casos não abandonem seus lares. Hoje Facções podem determinar quem fica em quem sai, quem vive e quem morre em determinado bairro (FILHO; MARIANO, 2020).

Figura 8 – Pichações dentro de conjunto habitacional em construção.



Fonte: Jornal O povo. 2019

Dentro da hierarquia da pichação de facções, cada aviso público pichado uma demonstração de poder simbólico, a repetição é uma forma de mostrar poder e sinalizar o tamanho do território dominado, e também uma forma de externalizar o seu controle. Assim quando nos deparamos com uma área marcada com símbolos e mensagens feitas por esses coletivos, estamos nos deparando com uma forma simbólica que esses grupos usam para demonstrar sua influência sobre aquele local, uma forma de ameaçar grupos rivais, de coagir os moradores e forasteiros e ostentar seu grupo.

Nos muros dos bairros populares de Fortaleza e notável a presença desse tipo de pichação, inscrições que fazem alusão a coletivos como o Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), Guardiões do Estado (GDE), e Família do Norte(FDN).

A análise das pichações feitas por esses coletivos é um trabalho minucioso e aberto a diversas interpretações, tendo em vista que elas não se apresentam de forma homogênea, divergindo em forma e conteúdo.

Para a melhor investigação dessas intervenções, foram escolhidas imagens da Internet, de sites de notícias e redes sociais, de comunidades de todas as 6 regionais

administrativas da cidade de Fortaleza no até o ano de 2021. Essas imagens retratam muros de residências e prédios públicos em ruas públicas dentro de comunidades e bairros de Fortaleza, que fazem referências ou mantêm conexão com elementos presente na cultura de facções criminosas.

Em um primeiro momento, podemos defini-las como intervenções feitas geralmente em tinta spray, cujo o conteúdo faz referência clara e de fácil entendimento a expressões e aproximações com esses grupos, elas sinalizam, ameaçam através de palavras de ordem e tornam públicas as atuações das facções na cidade.

Figuras 9 e 10 – Siglas pertencentes as facções Família do Norte e Comando Vermelho nos bairros Conjunto Ceará e Genibaú, respectivamente.



Fonte: Google Street View. 2019

Espalhadas por toda a cidade, as siglas das facções representam talvez a maior parte de das intervenções feitas por facções na cidade, usadas como assinatura de uma intervenção maior ou sozinhas, elas se espalham por muros, dentro de transportes coletivos, postes de luz e até em ambiente escolar.

As Siglas são feitas majoritariamente com tinta spray, porém nos chamam a atenção o uso de outros tipos de ferramentas para sua grafia, muitos deles são ferramentas a mão, ou seja, ferramentas colhidas junto ao ambiente, como cacos de gesso usados em construção civil (no caso usado para riscar superfícies escuras). Outro exemplo é o carvão vegetal, cujo o carbono é usado como uma espécie de lápis para riscar as superfícies mais

lisas, mesmo as intervenções feitas com esse material sendo bem mais sujeitas ao desgaste natural do clima. Também é possível encontrar siglas entalhadas em muros e galhos de árvores, essas inscrições são feitas com o uso de qualquer ferramenta pontiaguda ao alcance como uma ponta de chave para riscar bancos e o chassi interno de um ônibus.

Com essa facilidade de serem produzidas, as siglas se espalham pelos mais diversos locais e são uma das poucas intervenções que podem se mover pela cidade, dependendo da mobilidade da superfície que elas cobrem. Uma caçamba de entulho, por exemplo, pode transitar por vários bairros levando a mensagem de uma facção de um local pra outro, o mesmo acontece com tapumes de aço usados em obras da prefeitura, que geralmente são reaproveitados.

4.3 A produção de grafites por facções.

Figura 11 – Mural no bairro Conjunto Palmeiras.



Fonte: Página Guardiões do Estado 745/ Facebook. 2019.

Uma forma bem mais complexa de intervenção é apresentada na Figura 10, o mural grafitado toma toda a extensão de um muro de tijolos a mostra do que aparenta ser de uma casa, no centro da intervenção, é escrita numa tipografia com letras vermelhas o nome da facção: Guardiões do Estado. Em dois tipos de tipografias, na parte superior e central as palavras Guardiões do são escritas em letras de forma, sólida e largas, já a palavra estado é

desenhada em uma tipografia artística, cheia de pontas e com serifas agudas que dão a tipografia um tom animalesco, feroz, diabólico. No fundo labaredas são representadas o que reforça ainda mais esse aspecto infernal. Do lado direito um punho fechado se destaca, com a frase “é nos” marcada sob as falanges da mão, pode se notar que a frase aparenta estar marcada na pele, como uma tatuagem ou marcado a ferrete, retratando que a irmandade e vínculos entre os membros é algo marcado eternamente. “nois” é usado como saudação coloquial por jovens em toda periferia, uma gíria que veio através do movimento Hip-hop, uma abreviação de “nois na fita”, que significa tanto uma afirmação de parceria quanto uma afirmação de consideração e fama, os considerados são os respeitadas que tem fama.

Do lado esquerdo a representação de um jovem usando roupas de grife (boné Lacoste) e corrente de ouro, que representa o estilo de vida e forma de se vestir de jovens da periferia além da dualidade do crime, o jovem está de cabeça baixa e sem nenhuma tatuagem, aparente, o que mantém sua identidade anônima. Em sua corrente o crucifixo sob o seu peito mostrando a busca por proteção e justiça divina, um discurso comum feito por membros de facções.

Na parte mais superior em letras de forma encontramos o nome conjunto palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza onde, segundo boatos, foi um dos pontos de criação da facção, e na parte inferior, com menos destaque, estão grafadas em preto o que aparenta ser assinaturas de quem pintou o muro.

Existem muitos significados possíveis intrínsecos no mural cujos significados podem ser hipoteticamente apontados, como a idolatria ao soldado desconhecido e diversos paralelos com guerras e conflitos bélicos. As marcas, ou tatuagens, na pele como símbolo de algo que não pode ser apagado. A representação de um pacto, como os representados na cultura popular, como parte do ocultismo, onde indivíduos entregam sua alma a seres sobrenaturais em troca de dinheiro e poder. O pacto nesse caso seria entre o faccionado e a facção, onde o indivíduo receberia, consideração, dinheiro e poder em troca da lealdade incondicional a filosofia do grupo e claro, declarasse guerra aos inimigos

O mural mostra as relações obtusas presentes dentro do movimento de facções, o materialismo e a ostentação fruto do dinheiro de práticas criminosas, por hora tão vendidos em músicas e postagens em redes sociais, contrastam com a representação de postura humilde e obediente frente a organização guardiões do estado. O que nos leva a deduzir que o grafite não foi feito apenas com intuito de mostrar a perversidade e coragem do grupo em frente aos seus inimigos, mas também para mandar uma mensagem de que seus membros devem sempre

se manter obedientes a facção. Já na figura 11 podemos ver um segundo mural que foi desenhado nas laterais de um edifício dentro de conjunto habitacional no bairro Conjunto Palmeiras, o grafite serve como um símbolo de onipresença da facção Guardiões do Estado no bairro, reforçando a legitimidade de sua dominação das dinâmicas criminais através de elementos estéticos que reforçam e materializam sua filosofia como facção.

Figura 12 – Mural Guardiões do Estado



Fonte: Página Guardiões do Estado 745/ Facebook. 2019.

4.4 Uma ofensiva na mesma moeda.

Um outro fator, que vem chamando a atenção de quem transita por certos locais da cidade são as demarcações feitas pelas forças coercitivas do estado. As polícias e guarda municipal ganharam papel de destaque nas políticas públicas nos últimos anos, com aumento significativo no investimento de equipamentos e incremento em seus números, focando sua atuação na busca e apreensão de armas e drogas para o combate diante das facções.

Tendo em vista a complexidade dos fenômenos sociais que levam a escalada do crime organizado, os altos investimentos financeiros na pasta de segurança pública não bastaram para que houvesse uma diminuição de crimes violentos efetiva no estado num primeiro momento, mostrando-se insuficiente para controlar a escalada de patamar de crimes e ações violentas. Diante dessa ineficiência, surgiram diversas contrapartidas por parte das forças coercitivas do estado para integração e maior eficiência no combate as facções, uma delas foi a busca por reafirmar a presença da polícia dentro de comunidades.

Em algumas ruas da cidade notam-se aplicações em áreas cobertas por tinta preta com as siglas PMCE pintadas em branco cobrindo grandes extensões de muros que antes estavam demarcados com dizeres de facções. Essas intervenções também pode se apresentar como grandes painéis de estêncil com o brasão do governo do estado e do programa Ceará pacífico⁴. Essas intervenções partem das forças policiais que fazem a ações de patrulha desses bairros e surgem aparentemente como forma de combater o poder simbólico das facções e marcarem também a sua atuação e sua força atuante dentro das comunidades da cidade.

Esse conflito nos muros dominam a paisagem em algumas ruas em bairros periféricos de Fortaleza e já se espalham para outras cidades no interior do Ceará, ocupando um lugar de destaque frente a antigas pichações e grafites feitos por facções, que dificilmente eram apagadas por moradores, temendo represálias.

Ao tentar se incorporar nesse circuito, essas novas intervenções mostram que os elementos envolvidos nas questões de segurança pública, tem conhecimento do poder da pichação na manutenção desses coletivos dentro das comunidades, sendo a pichação uma fonte de estudo das relações do crime com o território da cidade, da filosofia e modo de atuação das facções que desafiam o próprio estado.

Figura 13 – Parede de favela em Fortaleza tem pichação de facção criminosa e da Polícia Militar do estado:



Fonte: Adriano Vizoni/Folhapress. 2020

4 Policiais apagam pichações de facções e secretário diz que guerra de territórios ajudou inteligência
 Leia mais em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/04/secretaria-apaga-pichacoes-de-faccoes-e-secretario-diz-que-guerra-de-t.html> <Acesso em Março de 2023>

Figura 14 – Policiais Militares cobrem pichações de facções em Fortaleza.



Fonte: Tribuna do Ceará. 2019.

5 CONCLUSÃO

A pichação se apresenta como um código que possui estruturas heterogêneas, cabendo a cada grupo ou indivíduo a formação de regras estéticas subjetivas de sua produção, o que transforma a cidade uma grande mistura de intervenções com diversas formas linhas e figuras geométricas. A pichação de grafites é uma atividade que contraria os pactos estéticos vigentes de beleza urbana e expõe nosso viés patrimonialista através de uma transgressão feita por um anônimo na calada da noite, tão abandonado e esquecido pelo estado como aquela parte da cidade escolhida para seu mural. Ao se inspirar no grafite, a pichação produzida por facções, usa de uma estética de fácil entendimento e de muita repetição para entregar suas mensagens, fazendo-se notar, provocar e sinalizar sua presença no ambiente hostil que são as cidades. No Brasil a pichação é considerada crime de vandalismo e ambiental determinado pelo artigo 65 da Lei 9.605/98.

A pichação e grafites de facções criam então uma correlação mais forte com os grupos que as produzem, diferente da figura anônima de um pichador de tags ou de um grafiteiro, as pichações de facções são muito mais reconhecíveis no cotidiano, não parecendo se importar com nenhum tipo sistema de código muito complexo. Já o grafite é uma forma de expressão praticada por sua maioria jovens anônimos apresentados pela mídia como vândalos ou criminosos, que usam de sua rebeldia para atacar a propriedade privada através dos seus

rabiscos e se escondem através de apelidos e codinomes.

Partindo dessa visão moldada pelos veículos de comunicação e pela cultura dominante, foi construída uma relação pessoa-pichação, onde uma série de preconceitos foram construídos, relacionando ambientes pichados a um incômodo estético de um local não higienizado e fora dos apelos estéticos rotineiros, atrelado o sentido de medo e sensação de insegurança, do domínio de gangues e falta de vigilância.

Levando em conta esse valor simbólico que as duas formas de intervenção carregam, imaginemos um cenário bastante comum no cotidiano da cidade: uma pichação de grafite em um muro de uma esquina que diariamente passa despercebida a um motorista ou motoboy. Essa pichação por suas características estéticas e seu difícil entendimento, já se compõe como parte da paisagem urbana, seria entendida como um ato de vandalismo isolado e logo ignorada.

Agora, pensando no mesmo cenário geográfico, porém fazendo a substituição da pichação por uma produzida por uma facção, não podemos garantir que a reação dos transeuntes será a mesma, principalmente se a pichação trazer uma mensagem mais imperativa, como o aviso amplamente difundido em muros das periferias de Fortaleza: “Abaixar o Vidro – tire o capacete. Ass.: CV”(sic), a recepção dessa frase pelo leitor pode desencadear uma série de conexões que levam ao acatamento da ordem, diferente da apatia causada por uma pichação comum.

Ao tomar a linguagem da pichação para si, as facções alcançam uma nova forma de exposição, seu poder violento se materializa em forma de picho na parede como as de um marco de significado, modificando o ambiente de forma considerável ao ponto de interferir no fluxo cotidiano e reforçam ainda mais o papel da defesa de território como um dos pilares para a manutenção da hierarquia de uma facção.

Ao iniciarem sua atuação ativa em Fortaleza, as facções se mantinham dentro de um discurso pseudo conciliador, que logo se mostrou não refletido em suas atitudes autoritárias e violentas com seus inimigos ou com os que decidem contrariar suas regras.

Através de uma suposta paz imposta, as facções buscam manter a ordem dentro das comunidades, evitando roubos e resolvendo conflitos, visando o controle parcial da vida daqueles que moram em seus territórios. Logo, o crime organizado se impôs como um mediador dentro de espaços públicos menos favorecidos para criar as bases de suas ações.

Esses fatores, ligados a ineficiência do poder do estado diante do novo cenário que se estabelecia, dando tempo hábil para que esses coletivos se estabelecessem como força

paralela, ajudaram a ampliar o vão da desigualdade social e cimentar os pilares de uma nova classe média patrimonialista, criminalizadora da pobreza e a favor de políticas encarceradoras, principalmente das populações pobres e periféricas. O que nos leva a um terreno fértil de injustiças sociais e carente de políticas inclusivas e que se retroalimenta dando a famosa impressão de “ausência do estado”.

Os poderes do estado, estrangulado em problemas seculares não consegue otimizar sua gestão a fim de concentrar recursos para além de poucas questões econômicas macroterritoriais e sua falta de abrangência no enfrentamento dos mais diversos problemas sociais que afetam a população mais pobre, formaram as condições para que esses coletivos, lançassem uma ofensiva pesada sobre as interações presentes dentro das comunidades.

Nesse cenário, podemos destacar a pichação como um sistema complexo de linguagem que ajudou as facções a estender suas relações e aproximações entre indivíduos, reforçando uma série de comportamentos ligados a suas práticas. Ao revisar a bibliografia sobre a presença da pichação nas grandes cidades brasileiras, entende-se que não foi repentinamente, ou por acaso, que as facções incorporaram a pichação na sua cultura visual.

Essa incorporação se deu através de um processo complexo de assimilação de uma linguagem já existente nas ruas, através de uma proximidade construída no cerne dessas duas atividades distintas. Traçando caminhos paralelos entre ambas, podemos perceber essa aproximação que facilitaram o uso da pichação no circuito das facções como um marco estético para um estreitamento de laços criados através do contato com outros grupos marginalizados e que ocupam as noites dos centros das grandes cidades, pois a pichação apesar de ser uma atividade anônima aos olhos dos cidadãos diurnos, apresenta uma série de complexas interações sociais entre grupos de pichadores de diferentes territórios e os habitantes noturnos da cidade: pessoas em situação de rua, assaltantes, garotas de programa e claro, traficantes. Logo ao frequentar os mesmos ambientes no período noturno, consumir drogas recreativas, se divertir ou morar na rua, esses grupos tendem a interagir mais do que imaginamos.

Entretanto é importante ressaltar que o picho sempre se portou como uma prática extremamente heterogênea, essa cultura periférica é compartilhada por muitos indivíduos que crescem em ambientes cercados por problemas sociais e econômicos, como falta de oportunidades, violência urbana e exclusão social. Nesse sentido, é possível que a pichação seja vista como uma forma de expressão e resistência desses indivíduos diante das dificuldades que enfrentam. Tendo em vista a nossa terceira possibilidade pode não ser correto

potencializar a criação de laços entre a pichação de grafites e as facções criminosas, já que essa relação não é uma constante e muitos pichadores não possuem nenhuma ligação com o crime organizado. Além disso, a pichação não deve ser vista como um comportamento diretamente relacionado à violência ou ao crime, mas sim como uma forma de expressão cultural que pode ser positiva ou negativa, dependendo do contexto em que é realizada.

Concluindo, a pichação se estabeleceu como uma linguagem urbana, seja através dos pichadores, do hip-hop, rap e outras formas de arte. E se hoje ela é vista como uma forma de afronta a estética de vidro e metal da cidade, podemos em parte dar crédito a essa origem marginal.

Como uma linguagem visual presente em lugares públicos, a pichação chega a todos, sejam emissores e receptores. Estabelecendo-se no cotidiano dos jovens periféricos, em maior ou menor grau dependendo do seu círculo de amizades, possibilitando assim seu uso por outros coletivos para além dos de pichadores.

A pichação de muros como forma de avisos e mensagens relacionadas à facções hoje é, um dos sistemas de linguagem consolidado não só na periferia, mas em vários lugares da cidade. Uma ferramenta de controle e de propaganda, uma resignificação de uma atividade praticada há milênios.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Rafaela Cristina Bonifácio. **Comando Vermelho: o que se disse liberdade, se tornou controle**. 2016. 85 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. Muros que falam: a comunicação na cidade. **Revista de Humanidades**, Fortaleza v. 30, n. 1, p. 99-114, 2015.

ARAÚJO, Rachel Vieira de; COSTA, Maria Clelia Lustosa. Da migração sertaneja ao surgimento das favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em fortaleza, ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 585 - 598, 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em : <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/495>. Acesso em: 12 set 2022.

ARAÚJO, L. B; ROMERO, J.A.R. Como Nascem E Crescem As Facções: O Caso Da Guardiões do Estado. *In*: VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Facções Crimes e Segurança Pública. 6, 2019, Fortaleza **Anais**[...] Fortaleza, 2019. p. 313 – 328.

BARCELLOS, W. de S.; BARRETO, A. C. de J. Violência urbana: criminalização da pobreza e a disputa territorial do tráfico de drogas. **Csonline - revista eletrônica de ciências sociais**, [s. l.], n. 25, 2018. DOI: 10.34019/1981-2140.2017.17519. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17519>. Acesso em: 12 set. 2022.

BAREL, Yves. **Le social et ses territoires**. In: Auriac, F. e Brunet, R. (orgs.) *Espaces, Jeux et Enjeux*. Paris: Fayard e Fondation Diderot. 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPELO, Oberdan Franco. Considerações Sobre A Migração Das Facções Criminosas Para O Estado Do Ceará. *In*: VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Facções Crimes e Segurança Pública. 6, 2019, Fortaleza **Anais**[...] Fortaleza, 2019. p. 15 – 26.

CLAVAL, P. O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26, 16 set. 2009.

CHAGAS, Juliana Almeida. **Pixação e as linguagens visuais no bairro Benfica: uma análise dos modos de ocupação de pixos e graffiti e de suas relações entre si**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Pulo: Annablume, 2008. 246 p.

_____. Arte, Pixo e Política: dissenso, dissemelhança e desentendimento. **Revista Vazantes**, v. 1, n. 2, p. 115-134, 25 out. 2017.

DUARTE, Thais Lemos. Vácuo no poder? Reflexões sobre a difusão do Primeiro Comando da Capital pelo Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 122, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/10663>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** – Edição Especial 2018: Análises dos Estados e Facções Prisionais. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 7, n. 15, 2021.

GDE tem mais de 25 mil membros e domina maioria dos bairros de Fortaleza, diz PC. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18, Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/gde-tem-mais-de-25-mil-membros-e-domina-maioria-dos-bairros-de-fortaleza-diz-pc-1.3034221>>. Acesso em: 19 Ago. 2022.

GIRÃO, Raimundo. **A cidade do Pajeú**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

GITAHY, Celso. **O que é Graffiti**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LASSALA, Gustavo. **Pichação não é pixação**. São Paulo: Altamira Editorial, 2010.

MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-15032010-103450. Acesso em: 07 set. 2022.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.
_____. Crime, sujeito e sujeição criminal. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 23-50.

MUNHOZ, Marcos Martinez. **O grafite de Alexamenos: o cotidiano na imagem do grafite e a magia da imagem**. 2017. 154 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho (org.). **O aparecimento público de pixadores: arranjos disposicionais de dissenso no combate ao pixo em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. E-book (87p.) color. ISBN: 978-85-54944-37-7. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/o-aparecimento-publico-de-pixadores/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA, Paulo César de. **O crime organizado no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. Anicuns, Goiás, 2005.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: As transformações sociais do crime em Fortaleza. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Jan./Abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375>. Acesso em: 7 set. 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ed. São Paulo, EDUSP, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. O Curral dos Flagelados: Os Campos de Concentração no Ceará Durante a Seca de 1932. **Revista Canudos**, v. 3, n. 1, p. 33-41, 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado da . Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado** [online]. 2004, v. 19, n. 1, pp. 53-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>> . Acesso em 8 Set. 2022.

SILVA FILHO, Francisco Cláudio Oliveira; MARIANO, Cynara Monteiro. Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da 'guerra' de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Revista Direito e Práxis** [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro, v.11, n.3, set./nov. 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38472>. Acesso em: 14 set. 2022.

SIQUEIRA, Denise da Costa. O. Os jovens e suas telas pós-modernas: reflexões em torno da cidade, do imaginário e da tecnologia. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 17, p. 39–50, 2010. DOI: 10.17231/comsoc.17(2010).1011. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1514>. Acesso em: 7 set. 2022.

SODRÉ, Rachel. **Tintas no muro: um estudo sobre a produção do grafite no Rio de Janeiro**. 242f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2008.

SOUZA, David da Costa Aguiar de. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WELLER, W.; BASSALO, L. de M. B. Imagens: documentos de visões de mundo. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 28, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/24526>. Acesso em: 7 set. 2022.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.